



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 — ESTADO DE MINAS GERAIS

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação ' submete à apreciação do Plenário a redação final do

## PROJETO DE LEI Nº 69/93.

Aprovado em 8 / 11 / 93

*[Assinatura]*  
Presidente da Câmara

INSTITUI A TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a Taxa de Iluminação Pública, que incidirá sobre o imóvel situado em logradouro servido de iluminação pública, a ser aplicada a partir do exercício de 1994.

**Art. 2º** - A Taxa de Iluminação Pública também incidirá sobre o imóvel constituído por lote vago ou lote contendo edificações em construção ou já construídas, porém não consumidoras de energia elétrica, situadas em logradouros servido de iluminação pública.

**Parágrafo único** - O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado à razão de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da tarifa de iluminação pública vigente no mês de janeiro do ano a que se referir.

**Art. 3º** - Observando o disposto no art. 1º desta Lei, cobrir-se-á a Taxa de Iluminação Pública, mensalmente, calculada sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública vigente, devendo ser adotado nos intervalos de classes indicados os percentuais correspondentes.

CLASSES (KWH)			PERCENTUAIS DE TARIFA DE IP
0	a	30	0
31	a	50	1,00
51	a	100	2,00
101	a	200	4,50
		300	7,00





# CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 — ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 4º** - O produto de taxa constituirá receita, destinada prioritariamente a cobrir os dispêndios da municipalidade, decorrentes do consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para a melhoria e ampliação do serviço.

**Art. 5º** - A arrecadação da Taxa, relativa ao art. 1º desta Lei, será feita diretamente junto às contas particulares de consumo de energia, mediante convênio a ser celebrado com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), ficando neste caso, o Poder Executivo desde já autorizado a firmar o referido Convênio.

**Art. 6º** - Realizado o convênio, a CEMIG contabilizará e recolherá, mensalmente, o produto da taxa à conta vinculada, em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo pela CEMIG e pela Prefeitura Municipal.

**Parágrafo 1º** - A CEMIG apresentará à Prefeitura, mensalmente, as faturas relativas ao fornecimento de energia elétrica acompanhados de um comprovante de arrecadação total da Taxa de Iluminação Pública.

**Parágrafo 2º** - Quando o saldo desta conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor das faturas de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença, de acordo com os prazos e condições constantes das respectivas faturas.

**Parágrafo 3º** - O superavit eventual, verificado entre o montante arrecadado da Taxa e o valor da fatura de iluminação pública, poderá ser aplicado, pela CEMIG, para a quitação parcial ou total de outras faturas, relativas ao fornecimento de energia elétrica à prefeitura Municipal e, ainda, havendo saldo, poderá ser destinado a custear obras de extensão de redes urbanas do Município, caso a Prefeitura autorize.

**Art. 7º** - A cobrança da Taxa, referente ao

Aprovado em 8 / 11 / 93

*[Assinatura]*





# CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 — ESTADO DE MINAS GERAIS

art. 2º desta Lei, será feita diretamente pela Prefeitura Municipal, em conjunto com os impostos predial e territorial. Muni-

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 8  
de novembro de 1993.

-----  
JOSE MAURO STÁBILE

Prefeito Municipal



Aprovado em 8 / 11 / 93

*[Handwritten signature]*